



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Agravo de Instrumento n. 4032450-55.2018.8.24.0000, da Capital - Eduardo Luz
Agravante : Ana Caroline Campagnolo.
Advogados : Cláudio Gastão da Rosa Filho (OAB: 9284/SC) e outro
Agravado : Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Promotor : Davi do Espírito Santo (Promotor)
Relatora: Desembargadora Maria do Rocio Luz Santa Ritta

DECISÃO MONOCRÁTICA INTERLOCUTÓRIA

Cuida-se de Agravo de Instrumento interposto por ANA CAROLINE CAMPAGNOLO contra decisão liminar proferida nos autos da AÇÃO CIVIL PÚBLICA nº 0917862- 17.2018.8.24.0023, proposta pelo Ministério Público perante a Vara da Infância e Juventude, objetivando ver mantida em sua página do Facebook as seguintes frases, após uma chamada de atenção ao estudante catarinense, quanto ao inconformismo de muitos professores doutrinadores contrários à eleição do Presidente Bolsonaro:

Atenção, estudante catarinense!

Na semana do dia 29 de outubro, muitos professores doutrinadores estarão inconformados e revoltados. Muitos não conseguirão disfarçar sua ira e farão da sala de aula uma audiência cativa para suas queixas político-partidárias em virtude da vitória do Presidente Bolsonaro.

Filme ou grave todas as manifestações político-partidárias ou ideológicas que humilhem ou ofendam sua liberdade de crença e consciência.

DENUNCIE!

Envie o vídeo e as informações para (49) 98853****, descreva o nome do professor, o nome da escola e a cidade.

Garantimos o anonimato dos denunciantes. A decisão judicial impugnada se sustenta na suposta violação aos interesses da criança e do adolescente da rede escolar ao ensino guiado pelos princípios constitucionais de liberdade de aprender e ensinar, e do pluralismo de ideias e de concepções, conforme art. 206, II e III, da CF, estando também em cena a liberdade de expressão em sala de aula.

A decisão judicial impugnada se sustenta na suposta violação aos

interesses da criança e do adolescente da rede escolar ao ensino guiado pelos princípios constitucionais de liberdade de aprender e ensinar, e do pluralismo de ideias e de concepções, conforme art. 206, II e III, da CF, estando também em cena a liberdade de expressão em sala de aula.

Invoca, ainda, o douto togado, o art. 220, § 2º da CF, que trata da manifestação do pensamento e vedação à censura, seja de natureza política, ideológica e artística.

A partir desse conjunto de circunstâncias, compreende a digna autoridade que a publicação vai além da livre manifestação do pensamento e expressão de ideias e críticas, na medida em que convida o aluno de rede de ensino, entre os quais, crianças e adolescentes, a exercer atividade de denúncia que julga ser do interesse dos mesmos, ferindo diretamente o direito dos alunos de usufruírem dessa liberdade intelectual, científica e de comunicação a ser exercida em sala de aula e no ambiente escolar, sem censura ou licença, tanto quanto a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”, assim como o “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”.

Participa, em parte, das preocupações manifestadas pelo Ministério Público em sua inicial.

Entretanto, algumas questões precisam ser melhor tratadas, nesse primeiro juízo cognitivo, antes de se enveredar pela discussão, que se antecipa, sobre o que se passou a denominar “escola sem partido”, que é o que iniludivelmente está por de trás de toda essa discussão, ou seja, a possibilidade ou não do professor ultrapassar o limite de sua cátedra para ingressar na seara da doutrinação político-ideológica.

Examinando o texto proposto pela requerida, professora e hoje Deputada eleita, vamos observar que a mesma pretende se colocar como um canal de denúncias dos estudantes, garantido o anonimato acaso queiram, quanto a “manifestações político- partidárias ou ideológicas que humilhem ou

ofendam sua liberdade de crença e consciência”.

Se coloca a requerida como uma espécie de “ouvidora social” no combate a que se propõe a toda espécie de abuso ou excesso que se venha a praticar em sala de aula, a partir da transgressão pelo professor dos limites constitucionais que lhe são deferidos para o exercício de sua docência.

A questão primeira a ser enfrentada, portanto, é saber se existe ou não algum impedimento ou vedação ao particular para se tornar um ator social ou um instrumento para receber e transmitir denúncias às autoridades públicas, no caso particular de alunos, quanto a abusos e humilhações que tenham sofrido ou estejam sofrendo em sua liberdade de crença e consciência.

Uma segunda questão a ser posta diz com a possibilidade ou não do aluno gravar as aulas ou esses momentos, eventuais, em que a agressão esteja sendo praticada.

Aliás, seria de se discutir até, se já não é chegada a hora da própria escola, pública ou privada, manter também no interior das salas de aula, sistema de vigilância, não como meio de intimidação ou censura, mas de proteção à alunos e professores, registrando os excessos de parte a parte, porquanto públicas as atividades de ensinar e aprender.

Vencidas que sejam essas questões, aí sim, caberia discutir sobre o direito de se exigir “neutralidade” do professor em sala de aula, especialmente em matéria que afete a liberdade de crença e de consciência dos seus alunos, considerando, ainda, a relação de “poder” entre professor e aluno.

Correm no Congresso Nacional Projetos de Lei tratando dessa matéria, em defesa da denominada “escola sem partido” e da “escola livre” (PL 867/2015 e 6005/2016), o que é da competência da União legislar privativamente (CF, art. 22, XXIV).

Assim, o que está em jogo, não é a defesa de um ou de outro Projeto de Lei, ou seja, até onde vai a liberdade do professor de ensinar e expor as suas crenças, mas, o direito do aluno que se sentir ofendido ou humilhado em

sua liberdade de crença e consciência de se utilizar dos meios de provas disponíveis para fazer defender a sua integridade.

Voltando, então, a primeira questão, não vejo, sob o ponto de vista jurídico, qualquer impedimento a que um particular - em especial uma Deputada, representante legítimo do Povo - venha desempenhar o papel responsável de intérprete de reclamos de violência, seja qual for a sua fonte, porquanto, encontrar-se-á exercendo a cidadania, pondo-se em defesa do ofendido, num exercício que só se fará legítimo, acaso a providência a ser adotada tenha caráter de colaboração com as instituições públicas, porquanto só do Estado o direito de punir.

Dispõe o artigo 5º, XXXIV, da CF: "são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidades ou abuso de poder; b) a obtenção de certidão em repartição pública, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal".

Ora, nesse dispositivo está inscrito o direito de petição aos poderes públicos, especialmente ao membro da assembleia legislativa do Estado, caixa de ressonância da sociedade, inclusive com a função - de matriz constitucional - de promover ampla fiscalização sobre os atos do poder executivo e de seus integrantes.

Portanto, em linha de princípio, neste estágio inicial de juízo de delibação, não vislumbro nenhuma ilegalidade na iniciativa da agravante, Deputada estadual eleita, de colocar seu futuro gabinete como meio social condensador do direito que todo cidadão possui, estudantes inclusive, de peticionar a qualquer órgão público denunciando ato que entenda ilegal praticado por representante do Estado, sobretudo quando se tratar de ofensas e humilhações em proselitismo político-partidário travestido de conteúdo educacional ministrado em sala de aula.

Veja-se, a denúncia dirigida ao Deputado não é ilegal, antes se

trata de garantia constitucional assegurada ao cidadão e, sob outro prisma, de dever funcional mesmo de qualquer membro da Assembleia Legislativa no tocante a sua atribuição de fiscalização dos atos do poder executivo.

Se a denúncia é ou não procedente, se há abuso de direito ou irresponsabilidade por parte do deputado em lidar posteriormente com ela, tudo isso é questão diversa da que está posta em julgamento, e o sistema jurídico possui meios adequados para apresentar a resposta pertinente a cada uma delas.

Assim, não existe, pelo menos neste juízo de deliberação, nada que indique a ilegalidade do comunicado que a agravante postou em suas redes sociais.

Quanto a segunda questão, não tenho dúvida que qualquer agressão pode e deve ser combatida e punida, pelos meios e instrumentos indispensáveis a sua regular contenção, podendo o agredido ou quem com ele interage ou presencie o momento em que isso se realiza, gravar o fato para prova do direito. Isto tem sido muito comum nas autuações policiais, quando um policial ou um particular excede, agredindo ou ofendendo o outro, exatamente, para a prova do excesso.

Não há direito que se sobreponha ao direito do ofendido, porquanto não há direito de ofender, de humilhar, de violentar crença ou consciência, muito menos em ambiente dedicado ao desenvolvimento da criança e do adolescente.

Se o aluno tem a prerrogativa de denunciar a prática de ofensas em proselitismo político em sala de aula, tem, por óbvio, o direito de documentar a infração cometida. Quem tem os fins tem também os meios.

Como questão lateral, já está na hora de se discutir o monitoramento em salas de aula, onde vicejam as mais diversas agressões, sejam físicas, morais, de crença e de consciência, já não fosse suficiente o bullying.

O Órgão Especial do TJSP, embora não por unanimidade, afirmou,

examinando Lei Municipal que trata da instalação de câmaras de monitoramento de segurança nas creches e escolas públicas municipais, inclusive dentro de salas de aula, a sua constitucionalidade, constando da ementa:

“EMENTA – AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Lei nº 12.953, de 09 de maio de 2.018, que dispõe sobre a instalação de câmaras de monitoramento de segurança nas creches e escolas públicas municipais, inclusive dentro das salas de aula – Ofensa à intimidade e à privacidade não configuradas – Monitoramento e armazenamento das imagens para consulta, se necessário, diante de caso específico, que não ofende a intimidade de alunos ou professores – Salas de aula que constituem espaço público, onde é desenvolvida a atividade pública, que deve guarda respeito aos ordenamento jurídico, onde os que lá se encontram devem ter a mesma conduta, com ou sem monitoramento – Fator inibidor do aprendizado não verificado – Os direitos e garantias fundamentais podem ser relativizados, diante da necessidade de fiscalização e garantia da segurança envolvendo uma atividade pública de tamanha relevância – Ação improcedente” (ADI n. 2113734-65.2018.8.26.0000, Órgão Especial – TJSP).

Portanto, antes de um direito do professor, faz-se direito também do aluno, o registro do que se passa em sala de aula, lugar de livre manifestação e expressão do pensamento, sem qualquer mínima dúvida, mas, acima de tudo, também lugar para a promoção do bem-estar, sem preconceitos ou discriminações de qualquer ordem (CF, art. 3º, IV).

Assim, antes de proibir, este sim um ato de censura e de intimidação aos alunos, principalmente aqueles que se sintam vulnerados em seus direitos, se há garantir a liberdade com responsabilidade, sabido que gravações parciais, descontextualizadas, tendem a interpretações equivocadas, tornando-se questionáveis na avaliação do caso concreto.

Entretanto, em defesa do interesse maior da criança e do adolescente, que precede a qualquer outro direito ou interesse tutelado, prefiro libertar do que aprisionar o exercício de suas ações, porquanto a escola, nada mais é do que um espaço de liberdade, consciente e responsável, é verdade, mas sempre do fazer em detrimento do não fazer ou não poder.

Antes de encerrar, uma observação, qual seja, o comunicado da requerida foi abrangente, dirigido ao estudante catarinense de todas as idades,

não sendo, portanto, da alçada do Juízo da Vara da Infância e Juventude, retirar as expressões do texto lançado no Facebook, senão, quando muito, fazer inserir a ressalva quanto aos atingidos - crianças e adolescentes - por sua decisão.

De qualquer sorte, tenho, nesse juízo inicial, que é proibido proibir, quando se trata de um exercício legítimo do aluno, como de qualquer pessoa, gravar ou registrar, por qualquer forma, atos de violência – de qualquer ordem – que tenha ou esteja a sofrer, o que não exclui a violência praticada por professores ou outros colegas em suas liberdades, também as de crença e consciência.

Quanto à existência de Lei Estadual nº 14.363, de 25 de janeiro de 2008, guarda ela relação com o “uso” de celular em sala de aula, para o efeito de inibir a dispersão do aluno com relação ao seu aprendizado, nada além disso. Não proíbe a posse do aparelho, nem veda ou poderia vedar a sua utilização excepcional para produção de prova em situações de abuso ou humilhação, violência física, moral ou psíquica.

Por último, mas sem encerrar o debate que se fará amplo, tenho também preocupações em relação a qualquer tentativa, mesmo indireta ou escamoteada, de cercear o conteúdo da manifestação docente no ambiente escolar, em razão de uma possível ou mesmo hipotética contrariedade às crenças ou concepções de consciência dos alunos, fundadas em razões políticas ou ideológicas, questão, aliás, que está sendo enfrentada pelo Min. Roberto Barroso na ADI 5537 MC/AL – Alagoas, e que mereceu de Sua Excelência alguns registros que suscitam profunda reflexão, entre os quais:

- No espaço público [e a escola é um espaço público] somos todos iguais [nos limites dessa igualdade, evidentemente];
- Na sala de aula, o professor forma pessoas e avalia os alunos;
- Não há dúvida de que a liberdade de ensinar se submete à consecução dos fins para os quais foi instituída; deve, por isso, observar os standards profissionais aplicáveis à disciplina ministrada pelo professor;
- A neutralidade favorece o opressor, nunca a vítima;
- O silêncio encoraja o assédio, nunca o assediado.

Sem antecipar posição de mérito, porquanto a imparcialidade

restaria afetada, sem que fossem ouvidos todos os envolvidos nessa relevante questão, reafirmo que a liberdade do professor de ensinar já está garantida pela Constituição, tanto quanto ali também está satisfatoriamente previsto o não-direito, a quem quer que seja, de produzir ofensas e humilhações, especialmente contra vulneráveis, como tal, à criança e ao adolescente, que não dispensam a proteção do Estado.

Em se tratando de ação coletiva, com abrangência estadual e efeitos erga omnes (art. 16 da Lei 7.347/85), alcançando estabelecimentos de ensino estadual e municipais, portanto, dizendo com o interesse direto dos entes estatais, até porque co-legitimados para esta ação civil pública, não há deixar de chamá-los para, querendo, intervirem no feito (art. 5º, § 2º).

Nesse chamamento se há inserir, segundo o § 2º do art. 5º, a Associação de Pais e Associação ou Sindicato de Professores.

Diante do exposto, concedo o efeito suspensivo pretendido, fazendo retornar a expressão omitida na página do Facebook.

De ofício, determino a manifestação do Estado de Santa Catarina, por sua Procuradora-Geral, bem como da Associação de Pais e Associação ou Sindicato de Professores.

Retire-se o segredo de justiça indevidamente imposto a este processo e aos autos originários.

Comunique-se ao juízo *a quo*.

Cumpra-se o disposto no art. 1.019, incisos II e III, do CPC/2015.

Intimem-se.

Florianópolis, 24 de janeiro de 2019.

Desembargadora Maria do Rocio Luz Santa Ritta
Relatora